

**Larissa Cavalcanti de Albuquerque**



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
[laalbuquerque13@hotmail.com](mailto:laalbuquerque13@hotmail.com)

**Ércules Laurentino Diniz**



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
[ercules.diniz@hotmail.com](mailto:ercules.diniz@hotmail.com)

**Edineide Jezini Mesquita Araújo**



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
[edijezine@gmail.com](mailto:edijezine@gmail.com)

**Maria Das Gracas De Almeida  
Baptista**



Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
[gabaptista2@yahoo.com.br](mailto:gabaptista2@yahoo.com.br)

# PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

## RESUMO

O ensino remoto foi fundamental para assegurar a continuidade dos estudos no ano de 2020. O presente artigo tem por objetivo refletir acerca das percepções dos estudantes matriculados nas séries finais do ensino fundamental sobre essa modalidade de ensino. A partir de uma metodologia qualitativa que teve como instrumento de coleta de dados, questionários semiestruturados, foram recolhidas respostas de 36 discentes. Os resultados apontados nos levam à seguinte conclusão: conhecer as necessidades dos estudantes, bem como as suas percepções do ensino que lhes estava sendo proporcionado, foi uma tarefa fundamental para a elaboração de estratégias por parte da escola que visassem contemplar necessidades, dirimindo assim, os prejuízos provocados pelo fechamento das escolas.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto. Percepção discente. Ensino Fundamental.

## STUDENT PERCEPTIONS ABOUT REMOTE CLASSES IN PANDEMIC TIMES

## ABSTRACT


Remote education was essential to ensure the continuity of studies in the year 2020. This article aims to reflect on the perceptions of students enrolled in the final grades of elementary education on this type of teaching. Based on a qualitative methodology that used semi-structured questionnaires as an instrument of data collection, responses were collected from 36 students. The results indicated lead us to the following conclusion: knowing the needs of the students, as well as their perceptions of the teaching that was being provided to them, was a fundamental task for the elaboration of strategies by the school that aimed to contemplate needs, thus settling, the losses caused by the closure of schools.

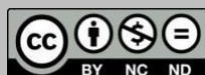
**Keywords:** Remote Education. Student perception. Elementary School.

**Submetido em:** 17/01/2021

**Aceito em:** 08/05/2021

**Publicado em:** 26/06/2021

 <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n31p927-942>



## 1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, o primeiro caso de COVID-19 foi diagnosticado em solo brasileiro. A partir de então, as redes de educação do país começaram a repensar as aulas presenciais e não tiveram alternativas, senão desenvolver estratégias que assegurassem a continuidade das aulas de maneira remota. A afirmação, “nós não estávamos preparados para isso”, era ouvida com frequência em planejamentos virtuais, mas afinal quem estava preparado para uma pandemia? Mesmo em navegações diferentes, estamos no mesmo mar. Diante de novo contexto que emergiu de maneira disruptiva, coube a todos os envolvidos com a educação formal uma completa reestruturação das práticas pedagógicas.

Embora lembre-nos Zizec (2020) dos reiterados avisos enviados pelos membros da comunidade científica acerca do “surgimento de uma epidemia nova e muito mais potente” (ZIZEC, 2020, p. 54), principalmente após os surtos de Ebola, a COVID-19 mostrou-se um desafio grande demais até mesmo para as nações mais pujantes do mundo, a exemplo dos Estados Unidos. Atentando-nos exclusivamente para os obstáculos à educação, o deslocamento de milhões de estudantes dos espaços presenciais para os ambientes virtuais, como única maneira de garantir o prosseguimento das práticas educativas, foi, sem dúvida alguma, uma tarefa que pôs à prova os sistemas educacionais de todas as nações.

No cenário educacional, passamos a observar uma série de transformações a que todos foram submetidos, sendo possível destacarmos duas posturas: de um lado, os professores, obrigados a desenvolver estratégias de ensino adequadas aos ambientes virtuais; do outro, os estudantes, habituados à sala de aula presencial e encaminhados ao ensino remoto, sob uma série de dúvidas acerca dos processos de ensino-aprendizagem que haveriam de ocorrer nesses moldes.

Assim, o artigo tem como objetivo geral refletir sobre as percepções discentes dos anos finais com relação às aulas remotas em tempos de pandemia e, como objetivos específicos: analisar as principais dificuldades e possibilidades dos educandos em tempos pandêmicos e identificar estratégias para contribuir com o acesso e a permanência do adolescente à escola. Embora a relevância do estudo encontre-se na discussão acerca de tais percepções, podemos, através da pesquisa, apresentar sugestões que visem a mudanças de fatores internos à escola, bem como possibilitar reflexões para mudanças externas à escola. “Para tentar entender este momento, precisamos dialogar com um

turbilhão de sentimentos, assim como, com teorias e práticas que possam nos ajudar a encontrar um pouco de ordem no caos.” (SOUZA, 2020, p. 111).

O artigo é um estudo de caso de abordagem qualitativa, realizado em uma escola pública, que integra a rede municipal de educação de João Pessoa/PB. Como procedimentos da pesquisa, temos: a revisão de literatura; a pesquisa documental e a aplicação de questionário semiestruturado com os educandos dos anos finais do ensino fundamental. Para Ludke e André (1986), o estudo de caso traz um caso bem delimitado que se sobressai por fazer parte de um sistema mais amplo. Este pode ser semelhante a outro, contudo, ao mesmo tempo, é diferente por possuir um interesse próprio e singular.

Dessa forma, o estudo fomenta reflexões teóricas e empíricas com a finalidade de alcançar os objetivos propostos. Assim, faremos uma incursão teórica sobre o ensino remoto, caminhos investigativos da pesquisa e seus achados, resultados e análises. Por fim, temos as conclusões e as referências que nortearam o artigo.

## **2 O QUE TEMOS PARA HOJE? O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL**

A escola, como as demais instituições presentes na sociedade, precisou se reinventar. Para prosseguir com as aulas, assegurando a todos os estudantes a inclusão nos processos formais de educação, todos os envolvidos precisaram oferecer sua parcela de contribuição no enfrentamento aos desafios impostos. Nesse percurso, encontros virtuais entre os docentes e os responsáveis pelas questões burocráticas (gestores, técnicos) foram necessários para se pensar coletivamente, sendo essas reuniões fundamentais para a definição dos caminhos a seguir, bem como para a elaboração de respostas a alguns questionamentos, a saber: quais as ferramentas de que a escola dispõe? Quais as ferramentas que os alunos possuem? E os professores, como irão desenvolver suas atividades?

Na busca por soluções, fora inevitável chegar a uma conclusão: pensar rumos para a continuidade das aulas implicaria considerar fatores que estão para além dos muros da escola. A situação econômica dos pais; a possibilidade de ter familiares acometidos pela doença; a falta de equipamentos para o desenvolvimento das atividades são apenas algumas das limitações que não poderiam ser simplesmente ignoradas.

Não sendo possível contemplar todas as questões citadas no parágrafo anterior, sob pena de nos distanciarmos dos propósitos do artigo, é preciso deixar claro que nenhuma das propostas educacionais pode desprezar as questões econômicas e sociais, principalmente em um contexto como o atual. Faz-se necessário nos afastarmos do

“poder ilusório” (SAVIANI, 2018, p.25) presente em algumas proposições que, concentradas exclusivamente nas dimensões técnicas, parecem desconhecer as demandas básicas das populações menos favorecidas.

Portanto, “o que temos para hoje” é uma expressão que contempla o caráter emergencial da educação que ocorre remotamente como alternativa, diante da impossibilidade do desenvolvimento de atividades nos espaços físicos das escolas. Longe de serem apontadas como ideais para os estudantes em condições de vulnerabilidade social, as atividades remotas tornam-se indispensáveis durante todo o tempo em que a frequência às escolas permanecer inviável de acordo com os protocolos sanitários.

A situação iniciada a partir do contágio mundial pelo COVID-19, mesmo se tratando de uma questão de saúde pública, trouxe rebatimentos para os mais diversos campos, trazendo implicações econômicas, políticas, sociais e, também, ao campo educacional. Diante do isolamento social, como forma de minorar os efeitos do vírus, noticiaram-se, logo nos primeiros 30 dias de contágio mundial e massivo do COVID-19, o alcance do número de 300 milhões de crianças e adolescentes fora da escola (VIEIRA; RICCI, 2020). Nessa conjuntura, surge como possibilidade o ensino remoto, como forma de minorar os efeitos educacionais na vida dos educandos. No ensino remoto,

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza vídeo-aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações. (MOREIRA E SCHLEMMER, 2020, p.9)

O ensino remoto pode ocorrer de maneira síncrona, com horário previamente marcado, mas também de modo assíncrono, com aulas gravadas ou conteúdos que podem ser acessados em qualquer horário. Contudo, esses conceitos não se aplicam de uma forma tão fácil no cotidiano escolar, principalmente das camadas mais pobres da sociedade e de inúmeras escolas públicas que não possuem infraestrutura necessária, no tocante a recursos tecnológicos. Também são definições distantes da realidade de muitas famílias que não possuem acesso à banda larga de internet e a meios tecnológicos de comunicação e informação.

Durante esse período de ensino remoto, o Ministério da Educação recomendou que as escolas orientassem as famílias, para a continuidade de atividades pedagógicas.

Neste período de afastamento presencial, recomenda-se que as escolas orientem alunos e famílias a fazer um planejamento de estudos, com o acompanhamento do cumprimento das atividades pedagógicas não presenciais por mediadores familiares. (BRASIL, 2020c, p. 9).

Nesse sentido, as escolas e os profissionais que a integram, começaram a se reinventar para acompanhar os alunos e as famílias, visando a assegurar a continuidade das atividades educativas. Contudo, nesse interstício, as desigualdades educacionais que, como nos referimos anteriormente, não devem ser ignoradas, foram realçadas, tanto diante das fragilidades das escolas públicas, como da impossibilidade de algumas famílias em garantir aos estudantes o necessário acesso aos meios digitais, sem os quais estariam excluídos do processo. Em escala nacional, mesmo com os esforços empreendidos, os sistemas de ensino expuseram suas limitações, tendo a pandemia lançado holofotes sobre as desigualdades, corroborando o quanto ainda há por se fazer até que alcancemos um patamar de equidade no atendimento à educação. No caso particular do Brasil, ainda é preciso fazer valer o que rege a Constituição Federal, que garante o acesso igualitário à educação básica como direito social. (VIEIRA; RICCI, 2020).

Quanto à reinvenção dos profissionais, diz respeito à adequação didático-curricular nas estratégias de ensino, mediação curricular pelo professor com a utilização de ferramentas tecnológicas, suporte pedagógico-administrativo e condições materiais e mentais exigidas para o trabalho na forma remota. (SEVERO, 2021).

A transição do ensino presencial para o ensino remoto exige e exigiu para além da transposição da forma habitual de ensino para ambientes virtuais, construir caminhos de autonomia e criatividade. O exercício dessa autonomia perpassa pelo planejamento de situações de aprendizagem que permitam maior flexibilização no ritmo e no cumprimento de programas de conteúdos, bem como no acolhimento de assuntos que mobilizam, cognitivamente e afetivamente, os estudantes, sendo necessárias, reflexões que percebam, sintam, olhem e vejam as complexas situações sociais, familiares e psicoafetivas dos discentes. Esse currículo mais adaptado poderá contribuir com o estudante, no sentido de conhecer mais sobre um mundo que não se resume a fragmentos isolados em tarefas disciplinares. (SEVERO, 2021).

No tocante às fragilidades do exercício docente, podemos perceber que não há formação para o uso das tecnologias com fins pedagógicos, além da carência de suporte tecnológico, sendo importante ressaltar que estes utilizam seus próprios aparelhos tecnológicos para a oferta da aula e, além disso, aquele que talvez seja um dos fatores mais negligenciados, a saber: a falta de ações que promovam o cuidado para com a saúde física e mental do educador exposto à intensa rotina de desenvolvimento de atividades online, são alguns dos aspectos que precisam ser contemplados.

Para os estudantes, os obstáculos também são consideráveis. Vale ressaltar que a transição do ensino presencial para o remoto afeta a trajetória singular do aluno, no tocante à sociabilidade com os colegas; a trocas de experiências e ao acesso aos saberes sistematizados. Considerando que, em sua maioria, os alunos acessam as aulas remotas por aparelhos celulares e com dados móveis, também não seria exagero afirmar que, no futuro próximo, iremos conviver com um número significativo de estudantes com problemas lombares, visuais e de concentração, devido ao excesso de informação e aumento na quantidade de horas dedicadas ao uso dos *smartphones*.

As condições das famílias referentes ao acesso à internet e tecnologias repercutem significativamente nesse percurso de acompanhamento de aulas remotas e no direito à permanência na escola. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD Continua, 2017), a respeito da evolução do acesso da população às diferentes mídias, revelam que o percentual de domicílios que utilizavam internet subiu de 74,9% para 79,1%, de 2017 para 2018. Na zona rural, em todas as regiões, a possibilidade de conexão elevou-se de 41,0% em 2017 para 49,2% em 2018 e na área urbana, apresentou um aumento de 80,2% para 83,8%.

Entre os equipamentos mais usados para acessar a internet, destaca-se o aparelho móvel, encontrado em 99,2% dos domicílios com serviço. O segundo foi o computador, que era usado em 48,1% desses lares. Já para aqueles que usavam *tablet* para navegar na internet, o rendimento era o dobro do recebido, por pessoas que navegavam, através de telefone móvel e 37,7% superior dos que usavam computador. (IBGE, 2018).

Entre 2017 e 2018, o percentual de pessoas que tinham aparelho celular próprio subiu de 78,2% para 79,3%, chegando a 82,9% nas áreas urbanas e a 57,3% nas rurais. O rendimento real médio per capita das famílias em que havia utilização da internet era de R\$ 1.769, sendo quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam a rede, R\$ 940. Tal diferença de rendimentos foi vista em todas as regiões do país (IBGE, 2018).

Ciente do quadro exposto acima, compete à escola, considerar os sujeitos que estão envolvidos nesse processo; diagnosticar a realidade dos alunos; dialogar com as famílias; ouvir discentes; promover debates com os professores, para pensar alternativas coletivamente, sendo preciso, entre outras soluções, flexibilizar conteúdos, currículos e atividades pedagógicas, a fim de alcançar os educandos, bem como suas famílias.

Nesse momento, faz-se necessário desenvolver atividades sob a lógica da flexibilidade, através de projetos adaptados à situação, desenvolvendo algumas estratégias – recomendar a leitura de bons livros, debater filmes, promover reflexões acerca das situações de aprendizagem vinculadas à vivência social de isolamento e enfrentamento de uma pandemia – enfim, desconectar-se um pouco de um currículo rígido, demonstrando às escolas que os desafios dos educandos são de outra ordem. (VIEIRA; RICCI, 2020).

A escola pode promover espaços de escuta afetiva entre os alunos; mural de sentimentos; ação de diário da rotina dos alunos; piquenique on-line; concursos de poesias, poemas e fotografias, enfim, estratégias que visam a promover a interação dos alunos, uma vez que conectividade não é sinônimo de interação.

### **3 CAMINHOS INVESTIGATIVOS DA PESQUISA E SEUS ACHADOS**

No caminho para a pesquisa, precisamos fazer escolhas. Assim, o artigo fundamenta-se na metodologia qualitativa do tipo estudo de caso. Essa metodologia parte de um quadro teórico, todavia busca constantemente novas descobertas, respostas e indagações, no sentido de que o conhecimento não é algo acabado, dado, mas está em construção que se faz e refaz constantemente. (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Como procedimentos metodológicos, usamos a revisão de literatura, a pesquisa documental e a aplicação de questionário semiestruturado aos educandos dos anos finais do ensino fundamental.

A revisão de literatura contribui para o embasamento teórico desse estudo, que se desvela no decorrer de todo texto. O propósito da revisão é “aguçar suas considerações preliminares sobre o seu tema de estudo, método e fonte de dados” (YIN, 2016, p.55), sendo relevante para delimitação da temática e contribuindo para a relação teoria e empiria, a fim de se construir novos conhecimentos.

No que concerne à pesquisa documental, esta foi realizada a partir do relatório pedagógico da unidade de ensino do ano de 2020 e do Projeto Político Pedagógico, que

contribuiu para o entendimento da história da escola, seus projetos, recursos humanos, materiais e objetivos. “Muitos documentos podem ser úteis simplesmente pela natureza dos detalhes que contém”. (YIN, 2016, p. 132). Sendo assim, observaremos os dados da escola que auxiliam na compreensão do contexto para o estudo de caso e, conseqüentemente, para o alcance dos objetivos que traçamos para o artigo. Sendo o objetivo geral, refletir sobre as percepções discentes dos anos finais sobre as aulas remotas em tempos de pandemia e os objetivos específicos, analisar as principais dificuldades e possibilidades dos educandos em tempos pandêmicos e identificar estratégias para contribuir com o acesso e a permanência do adolescente à escola. Para análise dos dados, seguimos os passos indicados por Yin (2016), no tocante à sistematização dos dados, composição, decomposição, interpretação e análises.

A escola pesquisada integra a rede municipal de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, composta de 102 unidades de ensino e dividida em 9 regiões de educação. O espaço escolar alvo do nosso estudo de caso, possui: 04 turmas de educação infantil; 10 turmas de anos iniciais; 08 turmas de anos finais e 04 turmas da educação de jovens e adultos. A escola atende às famílias do bairro de Mandacaru e dos bairros adjacentes, como: Jardim Esther, Jardim Mangueira, Beira Molhada, Porto de “João Tota”, Alto do Céu e Bairro dos Ipês.

No que diz respeito às condições socioeconômicas das famílias, de forma geral, possuem escassos recursos financeiros, vivendo os membros das famílias a partir de trabalhos informais e, em sua maioria, mediante auxílio de programas de transferência de renda, a exemplo da Bolsa Família. É importante ressaltar que o desenvolvimento de atividades no mercado de trabalho informal, por vezes é motivado pela baixa escolaridade dos pais ou responsáveis.

O procedimento do questionário semiestruturado foi utilizado nas turmas de anos finais da escola, todavia acreditamos que seja relevante o estudo e reflexões das percepções dos discentes que integram toda a escola, uma vez que teríamos como identificar as singularidades de cada segmento, todavia consideramos que essa amostra pode conceder um panorama das possibilidades e limites do ensino remoto. O questionário pode ser definido como um instrumento que possibilita extrair dos sujeitos algumas informações importantes tendo “por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128) O questionário foi composto por sete questões fechadas de múltipla escolha e uma questão aberta, sendo aplicado entre os meses de setembro e outubro de 2020.



Devido ao fato de as aulas estarem ocorrendo de forma remota, o *link* da pesquisa no *google docs* foi disponibilizado nos grupos de *whatsApp* da unidade de ensino, elencando para os adolescentes e seus responsáveis que integram os grupos, os objetivos da pesquisa.

**Tabela 1: Alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)**

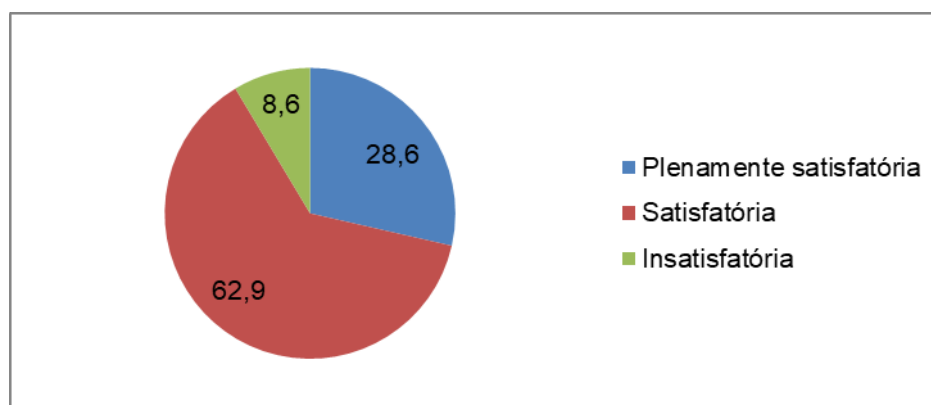
TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS
6º A	36
6º B	34
6º C	36
7º A	33
7º B	33
8º A	27
8º B	20
9º A	25
TOTAL	244

Fonte: secretaria da escola, 2020.

Como universo da pesquisa, temos 244 alunos matriculados, dos quais 36 participaram de maneira voluntária e responderam o questionário, número que representa uma porcentagem de 14,75% de estudantes. Prosseguimos, portanto, aos resultados.

O primeiro questionamento levou os estudantes a avaliarem suas respectivas participações durante as aulas remotas.

**Figura 1: Avaliação da participação nas aulas remotas**



Fonte: primária.

Conforme os dados, observamos que a maioria, 62,9%, considerou sua participação nas aulas remotas, satisfatória, já 28,8% plenamente satisfatória e por fim, 8,6% percebe que sua participação foi insatisfatória. Sabemos que a atuação nas aulas remotas, depende de fatores internos - concentração, disciplina, motivação - e externos - acesso à internet, disponibilidade de tecnologias, ambiente tranquilo para estudos, de modo que a ausência de qualquer um desses componentes, certamente, afetará o nível de aproveitamento das aulas nesse formato.

Avelino e Mendes (2020) afirmam que, antes mesmo do isolamento social, havia a dificuldade de fazer os recursos tecnológicos chegarem até as escolas e muitas famílias já não tinham acesso à tecnologia. Contudo, no contexto pandêmico, muitos desses problemas foram potencializados. Os discentes têm enfrentado o desafio de não terem recursos para acompanhar as aulas virtuais e realizar as atividades de modo on-line; por outro lado, muitos professores também não conseguiram acompanhar a dinâmica exigida pelas aulas remotas.

Acreditamos que a escola precisa ensejar práticas participativas nos alunos, nos termos freireanos.

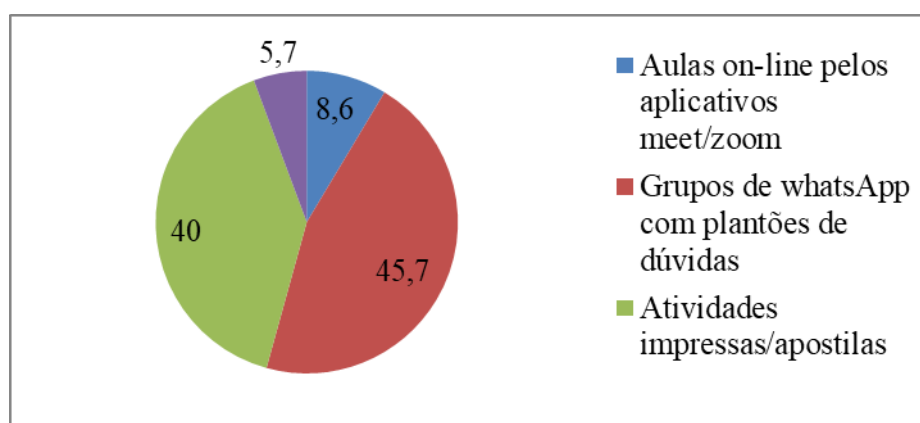
Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. [...] A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (FREIRE, 2005, p.16).

Todavia, se a proposta acima já constituía um desafio em tempos habituais, os obstáculos ao desenvolvimento de tais práticas foram significativamente ampliados. Aqui é importante destacarmos a relevância atribuída à escola em uma espécie de percepção de importância que só ocorre a partir da ausência, ou seja, foi quando as medidas sanitárias impeliram o fechamento das escolas que os pais, os estudantes e a sociedade como um todo, perceberam ainda mais a importância desse espaço para a promoção da educação formal.

Desse modo, sabendo que a escola além de socializar o saber historicamente produzido (SAVIANI, 2011), educa também para a vida em sociedade, vida essa que está permeada de diversidade, escutar os educandos, compreender quais os desafios e possibilidades no tocante à participação é tarefa imprescindível para a adoção de providências que busquem otimizar o desenvolvimento das atividades remotas.

Os alunos também foram indagados acerca das estratégias mais adequadas ao ensino em tempo de pandemia. Ciente de que apenas um recurso não seria suficiente para atender a todos os estudantes em condição de igualdade, a escola propiciou algumas alternativas, de modo que o estudante que não fosse atendido pelas atividades que exigem acesso à internet, por exemplo, fosse alcançado pelas atividades físicas. Dentre as opções disponibilizadas pela escola, para sua participação nas aulas remotas estavam: aulas on-line pelos aplicativos *meet/zoom*; grupos de *whatsApp* com plantões de dúvidas; atividades impressas/apostilas mensais e a plataforma *google classroom*.

**Figura 2: Estratégia mais adequada para participação nas aulas remotas**



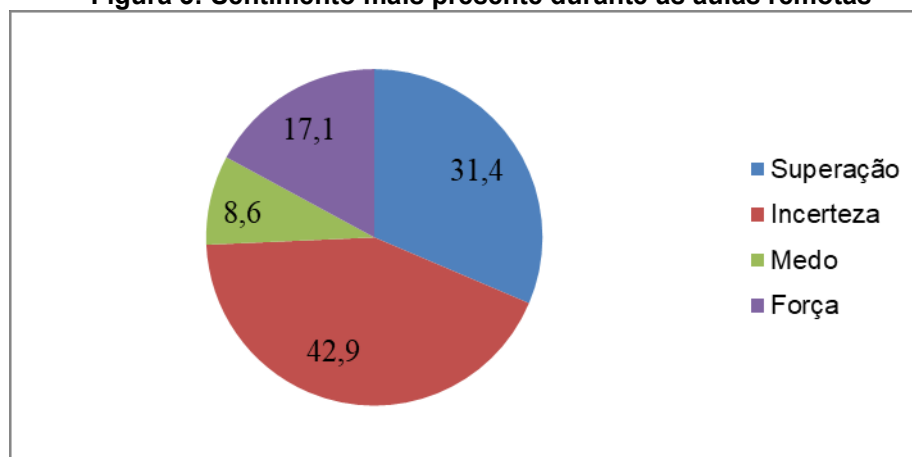
Fonte: primária.

No percurso de reinventar práticas pedagógicas e traçar estratégias para alcançar os educandos, considera-se também a utilização de várias ferramentas digitais para conceder maior dinamicidade às aulas; novos aprendizados aos discentes; além de alguns instrumentos como aplicativo digital *whatsApp* que já estava presente no cotidiano desses adolescentes, a partir do qual podiam interagir na linguagem escrita, oral e audiovisual. Salientamos também a importância da disponibilização de atividades impressas, tanto no sentido que existem múltiplas formas de aprendizagem, como para os alunos que não possuem acesso à internet para o acompanhamento das aulas síncronas.

O processo educativo está em constante construção, ocorrendo de diferentes maneiras, em múltiplos lugares, cenários diversos e metodologias diferenciadas. O uso dos recursos com instrumentos disponíveis em ambientes digitais possibilita novas vivências e aprendizados, tendo como finalidade a construção de cenários de aprendizagens que atendam a vários contextos com uso de planejamentos que sejam flexíveis e adaptáveis aos tempos pandêmicos.

A procura por adequações de práticas pedagógicas, em um período de transição, afastamento, e de distanciamento presencial emerge como possibilidade de construir novos hábitos, no intento de minimizar as perdas. Entretanto, não podemos deixar de ter em vista que não é tarefa fácil organizar o tempo da aprendizagem do estudante (ROTHEN; NÓBREGA e OLIVEIRA, 2020).

Figura 3: Sentimento mais presente durante as aulas remotas



Fonte: primária.

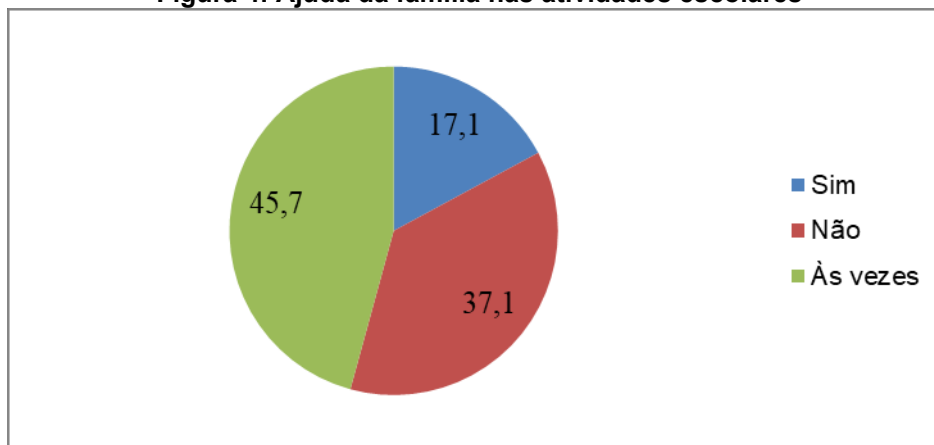
Somos seres de emoções; o nosso sentir implica significativamente o processo de ensino-aprendizagem; o que sentimos; como reagimos; o que domina nossos pensamentos; são reflexões que emergem nesse processo de aulas remotas. Observamos, pelo gráfico, que 42,9% dos alunos afirmam que o sentimento de incerteza dominou seus estudos, já para 31,4% dos discentes o sentimento foi de superação, para 17,1%, foi o sentimento de força e, por fim, 8,6% o sentimento de medo.

Ressaltamos a importância de atividades pedagógicas na escola que propicie o diálogo com as competências socioemocionais. A Base Nacional Comum Curricular (2018) documento base que assegura competências e habilidades a todos os estudantes, elenca dez competências gerais que, de forma sintética, preconizam: o conhecimento; pensamento crítico, criativo e científico; repertório cultural; comunicação; cultura digital; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania. Essas dez competências perpassam todo o conteúdo a que os discentes precisam ter acesso no currículo da educação infantil ao ensino fundamental.

O pesquisador Daniel Goleman afirma que “a vida emocional é um campo com o qual se pode lidar, certamente como matemática ou leitura, com maior ou menor habilidade, e exige seu conjunto especial de aptidões”. (GOLEMAN, 2012, p. 60). Nessa

perspectiva, a escola precisa pensar sobre competências socioemocionais, como: motivação, resiliência, empatia, trabalhar de modo interdisciplinar, competências e habilidades que emergem na conjuntura da pandemia, mas que já se faziam necessárias, antes do isolamento social.

**Figura 4: Ajuda da família nas atividades escolares**



Fonte: primária

O ensino de aulas remotas exigiu uma maior autonomia da parte do estudante, no que se refere à organização do seu ritmo de aprendizagem e do tempo de estudos, bem como a necessidade de construir e assumir responsabilidades com a produção dos resultados de aprendizagem. (ROTHEN; NÓBREGA e OLIVEIRA, 2020).

A relevância dada pelos educadores ao processo formativo enquanto ação compartilhada com a família ganha destaque nos debates educacionais. Parece ser consensual entre os educadores a concepção de que a família exerce um papel fundamental na formação dos estudantes e que, sem o auxílio dos familiares no processo formativo, os professores estariam desenvolvendo um trabalho pedagógico importante do ponto de vista instrucional, mas inócuo no que se refere ao viver em comunidade. (DINIZ *et. al.*, 2020, p.81)

Consideramos que a participação das famílias no processo de ensino-aprendizagem é de suma importância para o alcance de resultados positivos, todavia diante do contexto pandêmico, muitos membros das famílias ficaram desempregados, não conseguiram o auxílio emergencial ou, para aqueles que conseguiram, diante dos gastos para o sustento do lar, tiveram que procurar outras fontes de renda no mercado informal de trabalho, numa compreensão de que a luta é pela sobrevivência.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletirmos acerca das percepções discentes sobre as aulas remotas, podemos chegar ao menos a uma conclusão: conhecer as necessidades dos estudantes, bem como as suas percepções do ensino que lhes estava sendo proporcionado, foi uma tarefa

fundamental para a elaboração de estratégias por parte da escola, na tentativa de contemplar tais necessidades, dirimindo assim, os prejuízos provocados pela ausência do ensino presencial.

Com a pandemia e a impossibilidade de estabelecer contatos físicos nos espaços escolares, é natural que a busca por soluções no campo das tecnologias digitais ocorresse de uma forma ampla e disseminada, encontrando apoio em uma modalidade já bem estabelecida, a Educação a Distância.

Na busca por uma conceituação da Educação a Distância, Belloni (2015) nos apresenta uma série de definições extraídas de vários referenciais teóricos. Em todas elas, está presente a possibilidade concedida por essa modalidade de que os processos pedagógicos ocorram sem a presença física dos sujeitos envolvidos.

Estamos nos referindo a uma modalidade amplamente estabelecida e que, na atualidade, está muito mais consolidada no campo do ensino superior, pelo menos no contexto brasileiro. São várias as instituições, públicas e privadas, que oferecem inúmeras vagas em diversos cursos ao longo dos últimos anos.

Em oposição a tal modalidade, o Ensino Remoto não se apresenta de forma sistematizada, sendo muito adequado o adjetivo “emergencial” que contempla o seu caráter de atendimento a uma demanda de estudantes que, impossibilitados de frequentarem as escolas, ou seja, não tendo nenhuma opção que assegurasse a continuidade dos estudos, são encaminhados a processos pedagógicos alternativos.

Desse modo, é imprescindível ouvirmos os estudantes envolvidos, a fim de que não estejamos desenvolvendo estratégias alheias à realidade dos sujeitos. Acreditamos, portanto que os resultados encontrados nessa pesquisa, podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias das escolas que ainda terão que adotar o ensino remoto ou mesmo o ensino híbrido, seja qual for a modalidade, está atento às percepções dos estudantes continuará sendo um bom começo.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO MOREIRA, J.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 13 maio 2020.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes/2892>. Acesso em: 28 maio 2020.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 23 abr. 2017.

DINIZ, Ercules Laurentino; ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. ARAÚJO, Edineide Mesquita de; BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. O planejamento pedagógico como espaço de escuta, compartilhamento de saberes e trocas de experiências. **Revista Perspectivas em Diálogo**. V.8. Nº 16, p. 72-86, 2021.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. 37. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Acesso a internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. **IBGE, 2018**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf). Acesso em 12 de jan. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=3019](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=3019). Acesso em 11 jun. 2020.

ROTHEN, José Carlos; NÓBREGA, Evangelita Carvalho da; OLIVEIRA, Ivan dos Santos. Aulas remotas em tempo emergente: relato de experiência com a turma “avaliação institucional da educação” na UFSCAR. **Cadernos da Pedagogia**. v. 14, n. 29 (2020).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SEVERO, José Leonardo Rolim. Pedagogia da ruptura: ocupando as margens do ensino remoto para criações didático-curriculares. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 1, p. 1-5, 2021.

SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 17, n. 30, p. p. 110-118, 2020. DOI: 10.22481/ccsa.v17i30.7127. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>. Acesso em: 11 jan. 2021.

VIEIRA, Letícia; RICCI, Maíke C. C. A educação em tempos de pandemia: soluções emergenciais pelo mundo. **Editorial UDESC**. Disponível em: <https://www.udesc.br/ensinomedioemsc/editorialmensal>. Acesso em: 11 de jan.2021.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. Boitempo Editorial, 2020.